

5896777/1	ELENIR DA SILVA E CUNHA BERNAL RIBEIRO	2015-2016	15/06 a 14/07/17
5523150/2	MARCIA DE MIRANDA CORREA	2015-2016	15/06 a 14/07/17
54191817/2	CINTHIA GISELLE DE ARAUJO SILVA	2015-2016	19/06 a 18/07/17
187208/2	JOSE ALUIZIO ESTEVES BRASIL	2016-2017	05/06 a 04/07/17
2015366/1	WALTER BATISTA ROSA	2016-2017	05/06 a 04/07/17

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SESECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, 08 DE MAIO DE 2017
RENILCE CONCEIÇÃO DO ESPIRITO SANTO NICODEMOS LOBO
Secretária de Estado de Esporte e Lazer

Protocolo: 176347

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

ERRATA

PORTARIA 171/2017/GERH/SETUR
Errata da PORTARIA Nº 162/2017/GERH/SETUR, publicação 17.5490 do DOE 33.370 de 10/05/2017.
Onde lê-se: Mobilização, Organização e Realização em Santarém da 1ª Oficina da Rota Turística do Peixe da Esquina (do rio Amazonas com o Tapajós), que será realizada nos dias 15 e 16/05/2017.
Leia-se:Reunir com o Prefeito de Belterra Sr. Jociclélio Castro Macedo para, em conjunto com a Ama Brasil, apresentar projeto de capacitação; assim como iniciar as atividades de prospecção da Rota Gastronômica do Polo Tapajós, denominada de “Rota do Peixe da Esquina”, que inclui o levantamento das informações sobre a cadeia produtiva da gastronomia e reunião com atores locais para mobilização e estruturação da referida rotaALBINO JOSÉ DA SILVA BARBOSA
Diretor de Administração e Finanças

Protocolo: 176389

DIÁRIA

PORTARIA Nº 168/2017/GERH/SETUR
DIÁRIAS
CONSIDERANDO os termos do processo 2017/183157.
RESOLVE: Conceder diária a DEOCLÉCIO NEVES CORDEIRO JUNIOR, matrícula:54197969/1, CPF:328.789.742.04, Gerente de Turismo de Sol e Praia. **OBJETIVO:** Visita técnica devolutiva da avaliação de produtos turísticos na comunidade da Colônia Chicano. **DESTINO:** Santa Bárbara – Pa. **PERÍODO:** 05/05/2016. Ordenador de despesas: Albino José da Silva Barbosa – Diretor Administrativo e Financeiro

Protocolo: 176418

DEFENSORIA PÚBLICA

DEFENSORIA PÚBLICA

ERRATA

PORTARIA Nº 1630/12 DPG EM 05/06/2012
Licença Premio: MARCIA REGINA BELEM PEREIRA
-Onde se lê: Triênio 1988/2001,
B Triênio 1998/2001
OBS: Publicada no D.O.E nº 32.177 de 14/06/2012
Protocolo: 176366

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
Número: 005/2017-DPE
Objeto: PROCESSO Nº: 2017/150215
ASSUNTO: Pregão Eletrônico 005/2017, para Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Recarga de Cartuchos de Tinta e Recarga de Cartucho de Toner para atender as demandas da Defensoria Pública do Estado do Pará, de acordo com as especificações, quantidades e demais condições constantes no Termo de Referência. Entrega do Edital: www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.compraspara.pa.gov.br ou ainda na Defensoria Pública do Pará sito a Travessa Campos Sales nº. 280, 2º andar - CPL, Campina, Belém

– Pará, isento de qualquer taxa, mediante a gravação em mídia digital, fornecida pela empresa interessada ou por meio de solicitação via e-mail: licitacaodp@hotmail.com ou clcc.dppa@yahoo.com.br Edital a partir de: 11/05/2017Local de Abertura: www.comprasgovernamentais.gov.br
Data da Abertura: 24/05/2017
Hora da Abertura: 10h00min (Horário de Brasília)Responsável pelo certame: Eduardo Tathuhiro Nakata
Ordenadora: Jeniffer de Barros Rodrigues – Defensora Pública Geral
Protocolo: 176273

DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2017
PROCESSO Nº 2012/146.391 - DPPA
A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, órgão da Administração Pública do Estado, reorganizada pela Lei Complementar Estadual nº 054/2006, neste ato representado pela Defensora Pública-Geral, no âmbito das atribuições legais, conferidas pelo inciso VIII do art. 8º da Lei Complementar nº 054/2006, com base nos elementos constantes nos autos do presente processo e, fundamentado no art. 24 inciso X da Lei Federal nº 8.666/93, RESOLVE autorizar a contratação por DISPENSA DE LICITAÇÃO para autorizar a Locação de imóvel NÃO RESIDENCIAL, para servir de Sede do Arquivo de documentação da Defensoria Pública, situado na Rua Ô de Almeida nº 308, Campina, CEP: 68.019-080, constando como Locadora a senhora MARIA JOSÉ CARRAPATOSO COELHO, CPF/ MF nº 399.751.692-87, com valor mensal de R\$ 1.257,49 (hum mil e duzentos e cinquenta e sete reais e quarenta e nove centavos), e anual de R\$ 15.089,88 (quinze mil oitenta e nove reais e oitenta e oito centavos)DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA-Orçamento: 30101.03.091.1445.8434
– Fonte: 0101
– Elemento de Despesa: 339036
– Plano Interno (PI): 2120008434C
– GP Pará: 239052DATA ASSINATURA: 10/05/2017
Em consequência, autorizo a formalização do Contrato de locação com o locador acima identificado, e determino que seja dada a devida publicidade LegalJENIFFER DE BARROS RODRIGUES
Defensora Pública Geral
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – Nº 010/2017
Data: 10/05/2017
Ordenadora: JENIFFER DE BARROS RODRIGUES
Defensora Pública Geral

Protocolo: 176424

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Nº do Termo: 002/2017 – Prefeitura Municipal de Parauapebas Partes: Defensoria Pública do Estado do Pará (CNPJ) nº 34.639.526/0001-38) e MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS (CNPJ nº 22.980.999/0001-15)Objeto: O presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA tem por objeto a soma de esforços entre as partes acordantes, no sentido de garantir parceria administrativa, que possibilite a manutenção e o funcionamento do Núcleo da Defensoria Pública do Estado, neste Município de Parauapebas, para que assim seja garantida a orientação completa e a assistência jurídica gratuita aos legalmente necessitados, na forma do artigo 5º, LXXIV, da Constituição FederalVigência: 28/04/2017 a 28/04/2019Valor: o presente termo não prevê transferência de recursos entre as partesForo: Comarca de Parauapebas, Estado do ParáData de Assinatura: 28/04/2017Ordenador Responsável: Jeniffer de Barros Rodrigues (Defensora Pública Geral do Estado do Pará)Endereço das Partes: Defensoria Pública do Estado do Pará (Trav. Padre Prudêncio nº 154, Campina, Belém/PA, CEP: 66.019-080) e MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS (Centro Administrativo, Morro dos Ventos, lote especial, bairro Beira Rio II, Parauapebas/PA)

Protocolo: 176080

JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Extrato do 3º Termo Aditivo ao Contrato nº. 013/2017/ TJPA//Partes: TJPA e a empresa SERVICE ITORORO EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.765.290/0001-52// Objeto do Contrato: prestação de serviços de natureza continuados para atender as necessidades do TJE/PA// Origem: Pregão Eletrônico de nº. 054/TJPA/2016// // Objeto e justificativa do aditivo: acréscimo contratual no percentual de 1,92% correspondente a 1 (um) posto de recepcionista, 1 (um) encarregado, 2 (dois) postos

de mensageiro, e a conversão de 1 (posto) de mensageiro em 1(um) posto de recepcionista.// Valor do aditivo: Considerando o acréscimo o valor mensal passa a ser de R\$ 680.022,29// Data da assinatura: 09/05/2017// Foro: Belém/PA// Responsável pela assinatura: Francisco de Oliveira Campos Filho – Secretário de Administração.// Ordenador Responsavel: Sueli Lima Ramos de Azevedo – Secretária de Planejamento. //

Protocolo: 176484

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DE TERMO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE Nº. 009/2017 – O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ órgão do Poder Judiciário com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 3089, Bairro do Souza, na Cidade de Belém, Estado do Pará, CEP: 66.613-710, com inscrição no CNPJ/MF nº 04.567.897/0001-90, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES, no uso de suas atribuições legais, vem aplicar à Empresa SILVA E SALDANHA LTDA-ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.344.844/0001-07 com sede na cidade de Belém, Estado do Pará, à Travessa São Sebastião, nº 316, loja A, Bairro Pedreira, Cep.: 66.083-560, e-mail: jw_grafica@hotmail.com, Fone: (91) 3244-7913, as penalidades de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, pelo prazo de 02 (dois) anos, bem como a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, com fundamento nas Cláusulas Nona das Ata de Registro de Preço nº 003/2014/ TJPA e Ata de Registro de Preço nº 017/2015/TJPA e legislações pertinentes, nos termos do PA-MEM-2017/00890// Belém, 09 de maio de 2017.// RICARDO FERREIRA NUNES – Desembargador Presidente TJ/PA

Protocolo: 176027

TRIBUNAIS DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

DIÁRIA

PORTARIA Nº 32.357 DE 10 DE MAIO DE 2017. DESIGNAR a servidora **MERIAM DE FÁTIMA DA COSTA DIAS**, Auditor de Controle Externo – Ciências Contábeis, matrícula nº 0101110, para participar da **“Capacitação para acompanhamento das Metas 1 e 3 do PNE”**, em Brasília - DF, concedendo-lhe 02 (duas) diárias e ½ (meia), para o período de 11 a 13-05-2017

Protocolo: 176437

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 32.356, DE 10 DE MAIO DE 2017. DESIGNAR o servidor **LUCIVAL SILVA DE SENA**, Analista Auxiliar de Controle Externo, matrícula nº 0100486, para exercer em substituição o cargo em comissão de Diretor de Finanças, durante o impedimento da titular, CECILIA AMORIM DE ALMEIDA MELLO no período de 08-05 a 06-06-2017

Protocolo: 176433

Ao Sr. Sérgio Paulo da Silva Souza, Representante Legal do Sindicato dos Produtores Rurais de São Felix do XinguEm atendimento à solicitação de prorrogação de prazo feita por intermédio do Expediente n.º 2017/37076-9, datado em 20/04/2017, referente à Citação n.º 065/2017 para apresentação de defesa nos autos do Processo n.º 2014/50869-9, que trata da Tomada de Contas referente ao Convênio SAGRI n.º 021/2012, comunico que a Exm.º Cons.º André Dias, relator, prorrogou por 15 (quinze) dias, o prazo para apresentação de defesa, a contar desta publicação no Diário Oficial do EstadoBelém, 10 de maio de 2017JOSE TUFFI SALIM JÚNIOR
Secretário-Geral

Ao Sr. Jairo Ferreira Brito Considerando o decurso do tempo superior a cinco anos, desde a protocolização de seu processo de reforma neste TCE-PA, comunico a V.S.ª que o Exm.º Cons.º Odilon Inácio Teixeira, relator do Processo n.º 2010/51819-1 determinou a sua notificação para comparecer a este Tribunal e se manifestar nos autos a respeito da Resolução n.º 18.838, de 02-08-2016, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir desta publicação no Diário Oficial do Estado, ressaltando-se que os atos de reforma